

Dossiê

Diversidade cultural/
sexual e de gênero

tríade
comunicação, cultura e mídia

“Todos os relatos doem em quem lê”: narrativas quase anônimas de uma travesti marginal no Facebook

Alisson Machado

Universidade Federal de Santa Maria [UFSM], Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Contato com o autor: machado.alim@gmail.com.

Sandra Rubia da Silva

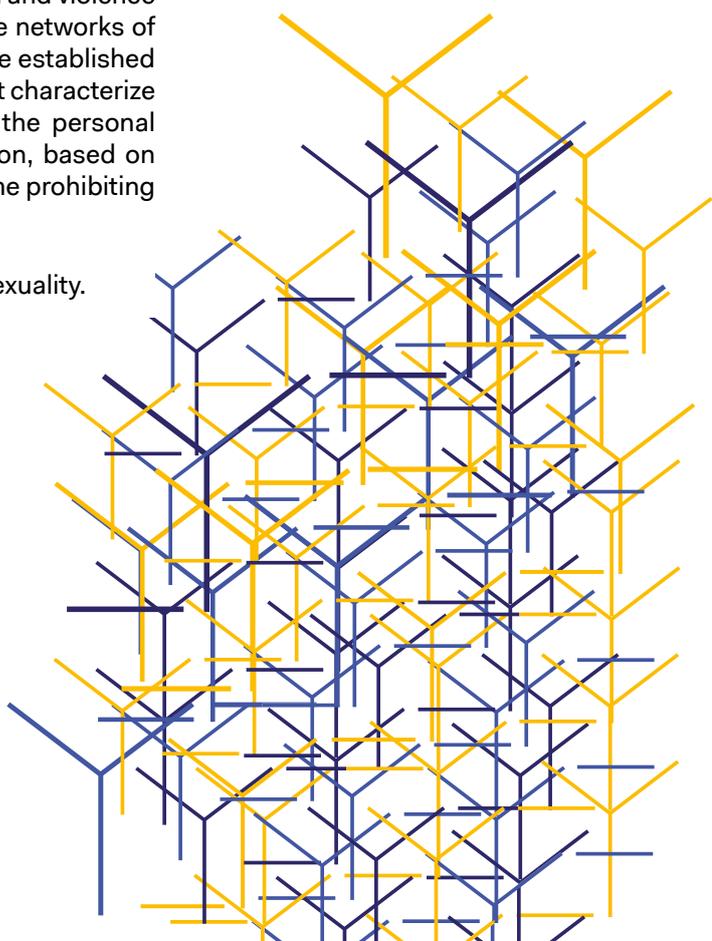
Universidade Federal de Santa Maria [UFSM], Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Contato com o autor: sandraxrubia@gmail.com.

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre a construção discursiva e interacional de práticas, saberes e contextos de vida marginalizados, que ganham uma versão pública, discutível e reconhecível nos ambientes de interação das redes sociais digitais. Através dos conteúdos postados e das interações observadas na página Travesti Marginal, no Facebook, o artigo interpreta as dinâmicas e as conjunturas de significados ali estabelecidos, pensando a forma como a intimidade, a marginalidade e a subalternidade dos contextos de vida das prostitutas travestis assumem uma dimensão pública nas dinâmicas dos compartilhamentos. As interações consolidam-se como um espaço de discussão e resistência frente às formas de opressão e violência a que as travestis são submetidas. A pesquisa aponta para as redes de apoio e solidariedade e para as formas de subjetivação que se estabelecem nessas interações, mobilizadas pelas violências e pelo sofrimento que caracterizam a maioria das postagens. Além disso, faz-se uma reflexão sobre como a experiência pessoal das travestis autoriza essa produção discursiva, calcada na noção de experiência como ato cognitivo, ao mesmo tempo em que interdita a articulação de outras temáticas.

Palavras-chave: Espaço público digital. Redes sociais digitais. Transexualidade.

Abstract: "All reports hurt in those who read": almost anonymous narratives of a marginal transvestite on Facebook. The article presents a reflection on the discursive and interactional construction of marginalized practices, knowledge and contexts of life, which gain a public, debatable and recognizable version in the interaction environments of digital social networks. Through the content posted and the interactions observed in the page Travesti Marginal, on Facebook, the article interprets the dynamics and conjunctures of meanings established there, thinking about how the intimacy, marginality and subalternity of the life contexts of transvestite prostitutes assume a public dimension in the dynamics of sharing. The interactions consolidate as a space for discussion and resistance to the forms of oppression and violence to which transvestites are subjected. The research points to the networks of support and solidarity and to the forms of subjectivation that are established in these interactions, mobilized by the violence and suffering that characterize most of the posts. In addition, a reflection is made on how the personal experience of transvestites authorizes this discursive production, based on the notion of experience as a cognitive act, while at the same time prohibiting the articulation of other themes.

Keywords: Digital public space. Digital social networks. Transsexuality.



1. Introdução

Embora ainda bastante demarcadas na constituição dos quadros sociais, as dicotomias entre os domínios do público e do privado parecem, na atualidade de nossas sociedades, ganhar contornos cada vez mais indefinidos, reverberando em uma infinidade de práticas distintas. No campo das relações comunicacionais, a comunicação digital, com a ruptura dos polos de emissão e recepção, a instauração de uma complexa arquitetura de intercâmbio e interconexão de informações (LEMOS, 2010), fomenta novos regimes de visibilidade que reconfiguram experiências digitais de sociabilidade e partilha de significados.

Conforme Di Felice (2014), as tecnologias midiáticas estão inseridas nas tensões históricas do tempo e da sociedade ao qual pertencem. As possibilidades de articulação em torno de projetos democráticos, bem como suas interdições, são características dos processos comunicativos de cada época. A cada novo meio consolidado, instauram-se novas práticas e novos sistemas de referencialidades a respeito da produção e circulação de mensagens e sentidos. Para o autor, os contextos da comunicação digital, se comparados aos regimes comunicacionais predecessores à internet, podem ser lidos em função de uma maior inclusão de atores sociais na emissão de mensagens e de uma participação social mais generalizada.

Formas de acesso mais amplas às tecnologias da comunicação em rede, caracterizadas por regimes de interação velozes, são definidas pelo atravessamento de contingências geográficas e espaciais e pelo acesso a grandes quantidades de informações e de fontes. Ainda que elas redefinem muitos dos processos comunicacionais contemporâneos, isso não implica na manutenção de ambiências e processos livres de disputas, tensões e interdições. No contexto das arquiteturas digitais, o rápido alcance a amplas audiências, em grande medida produtoras de suas formas de subjetivação em rede, e a diminuição de custos nesses processos de interação não conduzem de forma apriorística a processos horizontalizados de comunicação. Esses ambientes são marcados por tensionamentos e conflitos que apontam não apenas à articulação de novas formas de sociabilidades, mas à produção e transformação das formas de comunicar e de produzir processos de significação através dessas interações.

Impulsionados por esse horizonte, apresenta-se no artigo uma reflexão sobre as dinâmicas dos regimes de visibilidade midiática construídos nos entrecruzamentos das dimensões públicas e privadas, mobilizadas ao redor da página Travesti Marginal, na rede social online Facebook. Na página, a autora compartilha textos em que divide com seus seguidores episódios de sua vida cotidiana. Embora temas como as transformações corporais e a solidariedade entre as travestis apareçam, a maioria dos conteúdos postados diz respeito à multiplicidade das violências a que ela e outras travestis foram/são submetidas: por exemplo, abandono da escola e da família, envolvimento com relacionamentos abusivos, precarização dos contextos de vida e subalternidade social que as levaram à prostituição, violência policial e da clientela sexual, que acabam por produzir sua versão personalizada do universo da transexualidade.

Na página, a partir dos relatos disponibilizados, são alimentadas discussões tanto

a respeito dessas violências, quanto da cidadania das populações transexuais e travestis, em um regime de visibilidade social e midiática ancorado na partilha de experiências. A partir de uma observação sistemática, são selecionados alguns enunciados da página, a fim de entender os processos de produção de sentido através dos conteúdos postados. Ademais, busca-se compreender elementos da ordem das interações e dos processos de circulação desses sentidos, as dinâmicas de narração e o reconhecimento público de elementos da ordem privada da vida cotidiana. Foram selecionadas as publicações com maior número de interações (curtidas, mas principalmente comentários), nos quais se evidenciassem pistas a respeito da circulação de ideias e posicionamentos.

O processo de compartilhamentos de sentidos a respeito da transexualidade encontra nos espaços de interação online e nas possibilidades de visibilidade articuladas nos espaços públicos digitais, alternativas de resistência simbólica às formas de opressão e violência, recursos enunciativos e simbólicos de fuga ao esquecimento social ou à morte por desaparecimento (THOMPSON, 2008, p. 37). O espaço público digital, conceito amplamente discutido dentro de distintas áreas e matrizes do conhecimento, é articulado no trabalho a partir das noções de espaço público de Esteves (2011) e Innerarity (2006)¹, que revisam criticamente o conceito de espaço público de Jürgen Habermas, pensando as articulações dos cenários contemporâneos de interação.

2. Espaços públicos digitais e as dinâmicas público/privado

A comunicação pela internet é definida por Cardoso (2007) como um padrão que reúne formas de comunicação interpessoais e de massa. Para o autor, a internet pode ser caracterizada como uma mídia de apropriação plural, complexa e flexível, articulando as formas de comunicação midiática de modelos sociais anteriores e produzindo novas formas de comunicar, fomentando autonomia comunicativa e *empowerment* pessoal e coletivo. A descentralização dos meios de comunicação de massa, a consolidação de um sistema de comunicação digital e interativo e a expansão de uma comunicação horizontal são características apontadas por Castells (2005) que subsidiam, na internet, as ações e os enunciados de sujeitos e grupos sociais, sem que sejam necessariamente acionadas as mediações das instituições e dos meios de comunicação tradicionais. Essa forma de comunicação aporta ao desenvolvimento de inúmeras formas de interação, articulando novos modos de presença online e partilha de significado.

As transformações advindas desse cenário permitem aos atores sociais em rede redefinirem

¹ Para Esteves, o espaço público não é necessariamente físico ou territorial, mas sim um espaço simbólico de reunião, tanto imaginária quanto concreta, de diferentes públicos que reúne referências de interesses compartilhados, disputados nas ambiências contemporâneas de interação. Innerarity, por sua vez, pensa o espaço público não como uma realidade dada, mas uma construção laboriosa e variável capaz de organizar socialmente diferentes esferas da mediação de subjetividades e das experiências sociais.

suas práticas de produção e consumo, bem como suas formas de participação e interação em diferentes ambiências. Ainda que necessitem ser considerados aspectos como o acesso à rede e a computadores, o desenvolvimento de capacidades, habilidades e conhecimentos técnicos, interesse e liberdade política e a capacidade cognitiva de participação e colaboração (ALVES, 2010), o desenvolvimento da internet modificou e ampliou as possibilidades de interação social, redimensionando os domínios do público e do privado, enquanto uma esfera de produção de significados.

Conforme Esteves (2011), os meios técnicos ganharam proeminência no âmbito da constituição de ambiências para exposição de temáticas, ideias e opiniões, se transformando em uma condição fundamental para a configuração das práticas comunicacionais. Ainda que não se caracterizem como espaços institucionais de deliberação, essas ambiências possibilitam aos atores sociais agremiações diversas, remodelando as formas de interação e acesso às informações. Nesse sentido, podemos pensar que nas interações na internet os indivíduos podem participar de diferentes dinâmicas, assumindo e se sentindo como membros integrantes de diferentes públicos, simultaneamente ou em momentos diferentes, podendo reconsiderar suas relações e filiações, em função de seus mais variados interesses, motivações e convicções.

As interações nesses espaços são conduzidas através das tensões entre as dimensões públicas e privadas da vida social, entendidas como resultantes de diferentes domínios intercambiantes ou mesmo na afirmação de domínios autônomos da experiência. Nesse sentido, Esteves aponta que não pode haver domínio público sem a presença e participação de indivíduos assumidos dentro de sua singularidade própria, da mesma forma que a dimensão do privado nunca poderá se constituir plenamente se não se submeter e confrontar com outras privacidades, portanto, comum entre eles, o que só acontece em função da própria interdependência desses regimes na natureza das relações sociais (ZELIZER, 2009).

Além disso, para Esteves, as transformações do espaço público são constantemente tensionadas por dois diferentes movimentos. Ao mesmo tempo em que o espaço público se expande, em função do poder de atração que ele adquire para diferentes grupos sociais orientados pelo desejo de participação na esfera da representação e da visibilidade social, ele perde sua força, demonstrando como contradição uma maior dificuldade em se afirmar como voz e expressão da vontade coletiva, reorientando, assim, as formas de sociabilidade dos públicos em função da agregação entre os indivíduos.

Na esfera das relações sociais, a intimidade é impregnada pela política, sendo difícil determinar se o privado invade o público ou se o público invade o privado (INNERARITY, 2006). Para o autor, vivemos tanto uma privatização do público – quando o privado irrompe no espaço público ou é nele cultivado, orientado por imagens, sentimentos, emoções, assuntos e dramas pessoais – quanto uma politização do privado, ou seja, a inscrição das relações privadas e íntimas que irrompem nas cenas políticas. Essa irrupção, não isenta de contradições e ambiguidades, implica o reconhecimento de uma presença partilhada e não isolada.

Outra importante crítica que está relacionada às dinâmicas do público e do privado diz

respeito às configurações do gênero, principalmente reivindicada pelo movimento feminista, enquanto categoria transversal, que acaba por tensionar as fronteiras de ambas as experiências sociais. Conforme Aboim (2012), é na emergência da modernidade, do capitalismo industrial e do modelo de família burguesa do século XIX que se constitui a evidência da dicotomia do público, enquanto masculino, espaço dedicado aos homens e ao agir político, em relação ao privado, espaço feminino, da casa e da vida íntima. É da crítica feminista que advém o pensamento de que mulheres e outras categorias sociais foram excluídas da participação ativa do mundo da governança e da cidadania, entendida como exercício da masculinidade (ABOIM, 2012; OKIN, 2008). Dessa forma, tanto o movimento feminista quanto os demais grupos e movimentos orientados pela defesa dos direitos civis, sexuais e sociais buscam encontrar formas de atuação no espaço público. Esses grupos, ou mesmo indivíduos, cientes da necessidade de conformação política, visam ações de legitimação no espaço público, alterando os regimes simbólicos e de visibilidade, bem como as formas de atuação e interação política.

Rodrigues e Braga (2015) sublinham a natureza interacional da constituição da esfera pública, pensando o público como resultado dos processos de formação de um mundo comum e reciprocamente partilhado. Para os autores, no quadro da experiência política moderna e midiática, os indivíduos e os grupos sociais se orientam por relações de solidariedade, negociando suas referências em processos que ultrapassam o âmbito do território da presença, problematizando diferentes domínios da experiência social.

Conforme os autores, nas interações discursivas nos ambientes digitais existem amplas margens de manobra tanto para a deliberação, quanto para o estabelecimento das regras que organizam as interações. As moralidades digitais pelas quais cada indivíduo ou grupo é movido e os recursos disponíveis em cada ambiência orientam os processos interacionais, uma vez que os discursos podem ser atravessados por diferentes lógicas.

Nas redes sociais digitais, diferentes sujeitos sociais são capazes de orquestrar lugares de sociabilidade, visibilidade, interação e mediação. Conforme Recuero (2009), as redes sociais são constituídas pelas representações dos atores sociais e pelas conexões que eles estabelecem. Essas interações geram fluxos de informações e trocas sociais que impactam, movimentam e transformam as estruturas pelas quais as redes se definem, embora elas sejam orquestradas dentro de um quadro geral de ações e possibilidades previamente antecipadas. Dessa forma, as conexões estabelecidas são mantidas e se expressam através da articulação de ferramentas próprias, como a construção de um perfil público, que garante a inserção dos atores sociais nos sistemas de visibilidade (BOYD; ELISSON, 2007) proporcionando a emergência das representações (RECUERO; FRAGOSO; AMARAL, 2012).

A partir dessas reflexões, e tentando compreender os relatos publicados em Travesti Marginal, no Facebook, bem como a conjuntura de significados que se estabelecem nas dinâmicas de interações que acompanham a página, passamos a tecer algumas reflexões acerca do universo da transexualidade e suas possibilidades de inscrição simbólica e de resistência.

3. Transexualidade e produção da violência

Os discursos de abjeção dos corpos (KRISTEVA, 2004; BUTLER, 1993, 2013) funcionam como procedimentos de normalização, patologização e exclusão das sexualidades e das expressões de gênero não enquadradas nos atributos binários da matriz heterossexual, constituindo um lugar privilegiado de produção e reafirmação das hierarquias sociais e dos sistemas de classificação. Os procedimentos discursivos de abjeção, ao anunciarem o desprezo e a irrelevância do outro, enquanto matéria viva e projeto de um realizar-se, sustenta-se através da reprodução sistêmica das violências destinadas a docilizar, educar e punir o corpo transgressor (FOUCAULT, 2006).

Dessa forma, os sistemas simbólicos – e midiáticos – e os demais sistemas hegemônicos de autoridade social, em suas diferentes arquiteturas, acabam desenvolvendo maneiras de controlar os miseráveis e de punir os pobres (WACQUANT, 2001) aliando, para isso, regramentos parajurídicos autônomos e moralidades sociossexuais às violências de todas as ordens. Dentro dos regimes e perspectivas de controle e vigilância, cada instituição faz mover, de acordo com suas competências e interesses, diferentes aparatos pelos quais a vida social é produzida e controlada (FOUCAULT, 2010). Assim, o combate às sexualidades desviantes, práticas distintas da norma heterossexual (LOURO, 2000), compreendidas enquanto pecado, crime e doença (BORRILLO, 2010), conforma-se em um quadro profundo de distintas violências, tomadas como normais ou inevitáveis, a partir do privilégio estabelecido dos homens e do universo masculino em detrimento às mulheres e à feminilidade.

As travestis, de acordo com Benedetti (2005), ao romperem com o modelo heterossexual de designação sexual vigente, através de um amplo processo de transformação de si, buscam construir vivências do feminino que lhes sejam próprias. Este próprio feminino é orientado por valores diversos e prática complexas e difusas, especialmente no tangente à corporalidade. O corpo trans constitui-se, assim, em um fluir constante de negociações e configurações de gostos orientados por normas sociais, possibilidades materiais e tecnologias de gênero (PELÚCIO; TOSTA, 2008).

A constituição do feminino trans é entendida como um processo de transformação que desloca constantemente as posições de gênero ao relacionar-se intimamente com os usos e valores atribuídos à hexis corporal. Transformado, em função de uma feminilidade que sempre lhe pertenceu, o corpo adquire sentido cambiante entre sua unicidade e seu reconhecimento social (BOURDIEU, 2010), evidenciando uma forma concreta de ser e agir sobre o mundo (LE BRETON, 2011).

Sobre o corpo travesti justapõem-se elementos de diferentes ordens. A corporalidade travesti constrói-se através de símbolos do feminino (PELÚCIO, 2004), que atuam sobre seus corpos socialmente pensados enquanto masculinos. As travestis buscam (re)construir um corpo feminino, inscrevendo-o, bem como a seu gênero e sexualidade, em práticas e lugares que, frente à norma heterossexual, acabam sendo refletidas em torno de ambiguidades e tensões

(SILVA, 1994). A vivência da corporalidade travesti, símbolo visível de seu projeto identitário, se constitui através das relações sociais que extrapolam os limites do próprio corpo, justamente pela conjuntura social em que ele se inscreve, pautado, principalmente, pela subalternidade e múltiplas violências a que estão submetidas.

A vivência das travestis, conforme Butler (2013), subverte as distinções sexuais entre os aspectos psíquicos internos e externos dos indivíduos, zombando da expressividade e da unidade dos gêneros estabelecidos e da inércia corporal atribuída aos sujeitos pelo sistema normativo da divisão sexual binária. Longe de serem produtos não refletivos da cultura (CAMPAZANO, 2008), a constituição das identidades trans e travestis remete à necessidade de não se atribuir à travesti um único gênero ou sexualidade, mas sim a busca de autoexpressões livres das categorias normativas da divisão social sexual.

De acordo com Carrara e Vianna (2006), é a desestabilização provocada pela performance de gênero das travestis, associada a um conjunto de estereótipos negativos sobre a sexualidade em geral, que as torna vítimas preferenciais da violência. Os autores apontam o fato de que entre as travestis vitimadas de forma letal, no Brasil, há predominância de negras e pardas, indicando seu pertencimento a estratos sociais mais pobres e subalternizados. Dessa forma, a realidade social da maioria delas é atravessada pela produção sistêmica da violência e por discriminações constantes.

Tomando essas observações, passamos a problematizar as reflexões realizadas, principalmente ao que diz respeito às relações entre as dimensões público e privado através de algumas postagens da página Travesti Marginal. Buscamos perceber, através dos relatos e das interações dos usuários da página, como se configuram as redes de significação a respeito das experiências transexuais que a autora compartilha.

4. Tornando públicas histórias marginais: postagens e interações

A página Travesti Marginal foi criada na rede social online Facebook no ano de 2015, e conta com 1.430 curtidas. Na descrição, lê-se: “Relatos anônimos de uma travesti de 18 anos, prostituta, expulsa de casa e de todas estruturas sociais. Um ser que já vendeu o próprio corpo por 15 reais”. Na primeira postagem, a autora se apresenta como Scarlet, criticando o fato de as travestis serem ridicularizadas em memes, vídeos e imagens que circulam na internet. Segundo ela, o próprio nome Scarlet ironicamente soa engraçado, sendo considerado exótico e comumente associado como nome de travesti.

Apesar das postagens sobre sua vida cotidiana e a vida das travestis, Scarlet é uma personagem anônima, persona discursiva e performática (POLIVANOV, 2015), que não revela nenhuma informação sobre sua identidade ou autoria, senão as apresentadas no conteúdo das postagens. Scarlet aponta para uma personagem, uma reflexão marginal e anônima, sobre o universo da sexualidade e da prostituição travesti.

Relativizando a posição de não ser tão marginal em relação a outras travestis, ela

argumenta que é diferente de outras trans que conheceu na rua – em geral mais pobres e que não tiveram outra oportunidade que não fosse a prostituição – e, por isso, dedica-se às postagens. São os privilégios reconhecidos por ela, em sua própria vida, que a levaram a escrever e manter a página. Essas ações são percebidas como uma forma particular de militância ancorada principalmente na sua vivência na prostituição. É a experiência pessoal, associada à percepção de falta de reconhecimento público sobre as vivências das travestis prostitutas, que mobiliza suas ações. O trecho selecionado demonstra sua preocupação: *gostaria de deixar claro que não sou tão marginal assim. Sou uma travesti, sim. Mas uma travesti nascida em uma grande capital. Uma travesti branca. Uma travesti “que não parece travesti”- como dizem as mariconas* achando que isso é um elogio. Uma travesti que se prostitui em uma grande capital. Uma travesti que não faz varejo** - pelo menos não mais. Uma travesti nascida e criada em uma família de classe média. Uma travesti que tem uma base intelectual para sair da prostituição - assim espero e sonho*² (TRAVESTI MARGINAL, Facebook, 2015).

A experiência pessoal é mobilizada como elemento que legitima sua posição de enunciação, autorizando o relato das postagens e evidenciando o caráter de verdade como sinônimo de experiência pessoal. Scarlet produz nas postagens o que Haraway (1995) denomina como saberes localizados, um conjunto de práticas que atesta a possibilidade de tomar a experiência humana enquanto objeto de conhecimento possível de enunciação. Esses saberes, localizados sobre a perspectiva dos sujeitos, se tornam horizontes compartilhados entre outras pessoas, assegurando assim a validade social daquilo que se compartilha.

No excerto destacado, podemos pensar nas fronteiras cambiantes entre a experiência da vida privada – marginalizada e subalternizada – tornando-se um discurso público compartilhado na rede. A autora indica que publicará relatos pessoais, vivenciados por ela ou por outras travestis, na tentativa de divulgá-los. O acesso aos relatos é pensado como estratégia política de valorização de suas identidades e histórias de vida, bem como forma de resistência à violência.

Durante a postagem, ela sinaliza algumas palavras, utilizando asteriscos e criando, ao final, o que chama de glossário, onde explica o significado dessas palavras, características do pajubá, linguagem travesti ligada ao universo da prostituição. No fragmento acionado, mariconas diz respeito aos clientes mais velhos, em geral, com mais de trinta anos, e varejo ao programa considerado barato. Isso demonstra uma preocupação em tornar legível o relato, mas funciona também nos termos de uma assertiva testemunhal, que associa aquilo que é dito à unidade da experiência, “a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais de ocorrência” (RICOEUR, 2007, p. 172).

É a experiência pessoal que dá suporte a todas as demais postagens, como na intitulada Sobre travestis e relacionamentos abusivos, em que a autora conta a sua experiência e a de outras duas transexuais, com relacionamentos violentos. Ela narra uma série de episódios que viveu em uma casa de prostituição, envolvendo brigas, chantagens, tentativa de homicídio e

2 Todos os relatos destacados foram mantidos sem alteração para preservar o estilo da escrita e da linguagem da autora. Da mesma forma, os comentários nas postagens e demais formas de interação também são descritos sem alteração.

violências (física, sexual, financeira e psicológica) por parte dos então parceiros. Através da linguagem, ela ironiza o imaginário social sobre a construção do conhecimento aos moldes televisivos: *Quando imagino aquelas chamadas do globo repórter sobre travestis, do tipo: ‘o que são, aonde vivem, como trabalham?’ não consigo não imaginar também o [Sérgio] Chapelin perguntando ‘com quem se relacionam?’* (TRAVESTI MARGINAL, Facebook, 2016).

A autora brinca com o modelo de discurso noticioso, que torna públicas diferentes temáticas a partir de questionamentos semelhantes, e pensa em como seriam esses enquadramentos se dedicados a debater os dilemas da vida das transexuais. Através da ironia, de acordo com Butler (2013), as travestis zombam das normas e binarismos cis e heterossexuais, propondo outras abordagens à construção de suas próprias formas de subjetivação. O exemplo destacado demonstra essa tensão inclusive, não apenas em relação ao conteúdo das postagens, as agressões, mas ao modo como essa temática encontra dificuldade de ser abordada pelos modelos midiáticos tradicionais, retomando mais uma vez a necessidade dos seus relatos.

Os comentários dessa postagem destacam as formas de engajamento dos leitores: “Não dá pra curtir o relato, é triste e pesado demais”, “Nossa chocada, juro lágrimas caíram sem eu perceber”, são exemplos que indicam os sentimentos compartilhados entre os leitores. Além desses comentários, mensagens de apoio e solidariedade também são deixadas:

Olha eu não tenho o que te dizer, nenhuma palavra que eu escrever, seria nem de longe um sopro nessa imensa chaga, ... Mas posso te desejar de todo o meu coração, [...] que toda forma de luz do universo, te ajude nessa estrada de existência. [...] (COMENTÁRIO, Facebook, 2016).

Eu apenas tenho a agradecer imensa e eternamente. Essa foi a melhor página que já curti na vida, e eu to falando seríssimo. Muito muito obrigado por ser forte a ponto de conseguir escrever o texto. Essa realidade vai mudar, minha irmã, a nossa a nossa gente vai vencer esse patriarcado cisgênero!” (COMENTÁRIO, Facebook, 2016).

Através dos comentários, podemos perceber trocas de mensagens solidárias deixadas por aqueles que se sensibilizaram à postagem. A eles, a autora posta agradecimentos pelo apoio. No último comentário destacado, as expressões *minha irmã* e *nossa gente* indicam sentimentos de proximidade e partilha de um mesmo universo de experiências sociais. Podemos observar que os problemas relativos à vida íntima das transexuais prostitutas, juntamente com a violência vivida por elas, são acionados na forma de um discurso público que visa chamar a atenção para sua situação de precariedade e vulnerabilidade social, normalmente silenciadas nas estruturas sociais heteronormativas de nossa sociedade.

Em mais de um comentário se observa a contradição entre a dificuldade de ler a postagem, em função da carga de violência expressa nas narrativas, e a necessidade política (e pública) de ler e compartilhar, na medida em que, para aqueles que acompanham a página, essas histórias precisam ser conhecidas pelo maior número de pessoas possível. Esses episódios vivenciados pela autora, quando compartilhados, se inscrevem também no horizonte de percepção daqueles que os acolhem e nas suas formas de subjetivação. De acordo com Gagnebin (2001), o processo

de conhecer e aceitar a narração do outro implica em revezar com ele a sua história, “não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível [...] pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2001, p. 93).

Na postagem intitulada Como caí na prostituição, Scarlet narra como começou a tomar hormônios, deixou a casa do pais, foi viver com um namorado e após o término do namoro, não mais recebendo auxílio financeiro da família e tendo abandonado os estudos, recorreu à prostituição como forma de prover seu sustento. Mais uma vez, ela compartilha elementos de sua vida particular, relacionando-os às muitas outras mulheres transexuais e travestis: *Engraçado que essa história é praticamente igual entre todas as meninas que conheço na rua* (TRAVESTI MARGINAL, Facebook, 2016). É justamente essa dimensão de partilha social, do abandono da família, sofrimento, rupturas e adversidades que redimensiona a necessidade de dar visibilidade pública ao relato. Dessa forma, ela relaciona seu enunciado a um quadro social mais amplo – cenário recorrente na vida de outras travestis – articulando outras vozes à sua, demonstrando, além da legitimidade do seu relato, algumas dinâmicas sociais sobre as quais a violência transfóbica opera.

À postagem segue uma série de comentários e alguns compartilhamentos. Eles indicam, além da demonstração de apoio e solidariedade, formas de engajamento com sua história, que produzem processos simbólicos de autorreconhecimento e subjetivação:

se tiver alguma travesti lendo, eu espero que você nunca tenha que se prostituir. Se tiver alguém que, assim como eu, não tem plena certeza do seu gênero, eu espero que você nunca sofra com esse tipo de coisa (COMPARTILHAMENTO, Facebook, 2016).

Comentários como o destacado acima demonstram elementos dos processos de subjetivação que podem ser acionados nos contextos daquilo que Rose (2001) denominou por tecnologias do self, ou seja, os processos sociais e psicológicos que não são simplesmente traduzíveis de uma experiência social a outra, mas que implicam no entrelaçamento de escopos públicos e privados sobre os quais a intersubjetividade humana se processa. Através desses mecanismos, produzidos nas interações de diferentes interfaces interacionais e psicológicas, as pessoas analisam, decifram e agem sobre elas mesmas, desenvolvendo suas formas de subjetivação e revelando certa potência de avaliarem o mundo social a sua volta e de projetarem para si os contornos de uma experiência mais desejável.

Esses compartilhamentos partem da página Travesti Marginal para o perfil pessoal que cada pessoa possui na rede social, em uma tentativa de ampliar o acesso às histórias, aumentando assim, seu impacto. O relato, já público, torna-se inclusive disponível para pessoas que não acompanham a página. Alinhando-se à experiência primeira, da autora, os compartilhamentos acabam atestando também a posição enunciativa daqueles que compartilham. As postagens são compartilhadas juntamente com a manifestação dos sentimentos que geram, como dor, tristeza,

desesperança ou ainda o desejo de uma vida com mais dignidade para as travestis.

No relato Diário da trava, Scarlet narra um episódio específico sobre a prostituição. Após um programa, o cliente, ao perceber que ela não era uma mulher cisgênera, recusou o pagamento combinado, alegando ter sido enganado e que ela deveria demonstrar gratidão por ele não a agredir. Como o próprio título já indica, bem como seu tom intimista e descritivo, a narrativa funciona como a leitura confessional de um diário pessoal. Nos regimes de interação digital, Sibilia (2016) evidencia a passagem do cultivo de zonas da vida social consideradas íntimas e privadas para um regime de narrativa, peripécia estética e competência midiática. A competência midiática aqui indica um duplo deslocamento dos contornos dados pela intimidade – o relato em tom de diário e o acordo sexual – na forma de um discurso que produz uma reflexão não sobre a situação em si, mas sobre a violência sexual e as contradições das normativas heterossexuais.

Como Scarlet mantém uma aparição anônima, a visibilidade não recai sobre si, mas diz respeito à condição social e aos problemas enfrentados por muitas travestis que vivem da prostituição. O diário funciona, simbolicamente, como um espaço de escrita da intimidade, ressignificado na aposta de um relato público, nas dinâmicas das redes sociais digitais. Esse potencial independe do anonimato, pois já está articulado ao universo discursivo da página e aos referenciais de verdade manifestados. Assim, movimenta outros cenários e dispositivos descritivos que servem de referência aos episódios partilhados. Funcionando como uma ficção sobre a verdade de si mesma e de outras travestis, o diário acaba produzindo uma série de reações entre as pessoas que acompanham a página:

A página é MARAVILHOSA. É tão real, tão impactante. Mt mt mt obgd por criá-la, de vdd. Vlw, minha irmã. Gostaria de te conhecer e ouvir essas histórias ao vivo. Continue firme na luta!!! (COMENTÁRIO, Facebook, 2016).

Vocês não podem ser silenciadas mais! Precisamos saber a história de vocês!!! Obrigada querida por compartilhar conosco a sua realidade! (COMENTÁRIO, Facebook, 2016).

Moça, vc é uma lutadora... [...] Obrigada p compartilhar suas experiências, elas sem dúvida nenhuma estão me fazendo enxergar o mundo com outros olhos, me mostrando todos os privilégios que tenho e que estão tão distantes da sua realidade e de tantas outras meninas (COMENTÁRIO, Facebook, 2016).

Manifestando apoio, agradecimento ou incentivo, os comentários apontam sentidos de encorajamento tanto para as circunstâncias sociais vividas, quanto para que ela continue publicando. Essas demonstrações acabam criando uma atmosfera de solidariedade, destacando a necessidade de que essas narrativas se tornem mais conhecidas, colaborando na compreensão da situação social de muitas travestis. Essa é, inclusive, uma característica da página. Não quer dizer que os conflitos e as oposições sejam apagados; eles são, afinal, a origem de todas as situações expostas. Mas as interações observadas correspondem à manutenção de um regime de coerência em torno da cidadania travesti. Isso possui correspondência com a própria narração

do sofrimento e das violências vividas pela autora, que interpela os leitores das postagens, ajudando a organizar suas ideias e opiniões, inclusive a respeito de posicionamentos contrários que possam ser manifestados.

Quando Scarlet propõe uma reflexão a respeito dos privilégios entre mulheres cisgêneras e transexuais e travestis, muitos comentários, alguns em tons mais agressivos, divergem de sua opinião. Problemas relativos à falta de empatia, delimitação de quem realmente seria a figura do opressor da mulher, a dificuldade das mulheres cisgêneras de reconhecerem seus privilégios ou de reconhecerem as mulheres transexuais e as travestis enquanto mulheres, são elementos configuradores dos diferentes posicionamentos. Os comentários da maioria das pessoas tratavam de responder às questões colocadas, demonstrando que a autora falava de um cenário social mais amplo, de violência contra as travestis e transexuais.

Observando as interações é possível afirmar que existe uma dificuldade de diálogo, calcada na própria ideia de experiência como ato primordial de cognição que autoriza a legitimidade da fala enquanto verdade. Para aquelas que se manifestaram contrárias à opinião de Scarlet, de que as mulheres cisgêneras possuem maiores privilégios na sociedade heterossexual, o problema não estava localizado nos argumentos apresentados, mas no fato da autora – em função de ser uma travesti – não possuir legitimidade para falar sobre as mulheres cisgêneras, inclusive nos termos de uma comparação. Nesses comentários, é apenas a experiência pessoal que autoriza a fala, independente dos argumentos que possam ser mobilizados. Isso implica em aspectos conflitivos não apenas em relação ao conteúdo da postagem, mas também às formas de interação social, que inibem quem pode ou não ocupar um lugar de falante nesses espaços. A experiência pessoal de Scarlet, que em algumas postagens autoriza e produz processos de reflexão, reconhecimento e subjetivação, é aqui o próprio elemento que interdita sua participação nessa temática.

Esse conflito é, inclusive, percebido por algumas pessoas que defendem o mesmo ponto de vista da autora, que argumentam, conforme um comentário, sobre “o perigo que corremos ao lutar por ‘locais de fala’ fechados, onde cada um só pode falar de si”. Ainda que não se configurem enquanto espaços de deliberação e que se caracterize em função da disseminação pessoalizada de opiniões, a página amplia e promove formas de visibilidade social a sujeitos subalternizados pelos mais diferentes regimes e mecanismos sociais. Ela abriga os relatos marginais de Scarlet, produzindo uma série de reflexões a respeito da transexualidade e das violências.

5. Considerações finais: a narradora não está só

Travesti Marginal é uma página da rede social Facebook destinada à publicação de relatos de uma narradora que, apesar de se apresentar pelo nome Scarlet, mantém sua identidade anônima. A maioria das postagens são da ordem da experiência íntima e privada, que se torna pública quando partilhada por ela e compartilhada por seus seguidores. Essas postagens acionam nos comentários sentidos de solidariedade e apoio, promovendo debates a respeito de temas

centrais ao universo de transexualidade e processos de subjetivação e reconhecimento.

A narradora não está só. Seu relato é permeado pelas histórias de outras mulheres transexuais e travestis com quem conviveu, e interpelado pelos usuários que acompanham a página. É para estes últimos que as postagens se destinam e é na relação com estes que os relatos assumem um caráter público de resistência frente às formas de violência e opressão.

Essas histórias marginais tornadas públicas buscam visibilizar e legitimar as vivências travestis, construindo uma reflexão a respeito das violências vividas por essas mulheres. A noção de experiência – que atravessa e constitui os relatos – autoriza a produção discursiva a respeito dos episódios compartilhados, sendo ela própria interpretada como verdade sobre aquilo que enuncia. A experiência pessoal aparece como o principal elemento pela qual essas narrativas são organizadas, mas, em certos casos, é ela quem interdita a possibilidade de fala e, portanto, de efetivação da possibilidade de um diálogo.

As interações geradas na página são percebidas em função da necessidade de tornar os relatos públicos, dando a conhecer, assim, um pouco da realidade das travestis. Mesmo dizendo respeito a um número relativamente pequeno de participantes que acompanham a página, é possível encontrar pistas de processos de subjetivação e reconhecimento de si próprios e das condições sociais das travestis. É interessante como os comentários são expressos em enunciações que versam sobre as emoções dessas pessoas, em geral, sentidos de impotência, dor, tristeza, cumplicidade e empatia, recorrendo a figurativizações como lágrimas, coração partido ou feridas.

As dinâmicas entre a produção de sentidos nos conteúdos postados e as interações geradas através deles indicam inúmeras processualidades e entrecruzamentos entre as noções de público e privado. A enunciação realizada em Travesti Marginal desloca a produção de saberes sobre as práticas das travestis de zonas de abjeção e precarização para um debate mais público, marcado por um regime de visibilidade social característico das redes sociais. Nele são acionadas posições imediatas, interpretativas e personalistas, a respeito desses conteúdos, gerando posições críticas sobre as violências referidas e processos intersubjetivos.

O modo com que a prostituição travesti é pautada também pode ser lido em função da tentativa de maior alcance e visibilidade. Como realidade social, a prostituição é um tema de interesse público, pois implica na manutenção de lugares de precariedade e subalternidade respaldados na norma cis e heterossexual. Nas interações digitais, é a possibilidade de falar sobre essas realidades que é entendida enquanto necessidade pública, na medida em que isso proporcionaria uma atenção ao tema. Mesmo que não se efetivem ações de resolução aos problemas elencados, os sentidos de resistência acabam sendo articulados nesses discursos, promovendo um estado de atenção e interesse à temática.

Ao narrar a si e a suas iguais, Scarlet encontra nas possibilidades de enunciação na rede social e nas interações com os usuários da página formas simbólicas e enunciativas de denúncia das violências vividas e resistência frente aos sistemas de opressão. O caráter privado que constitui os relatos ganha significação social quando tornado público. Ressignifica-se nessas

interações a sentença feminista de que o pessoal é político: o marginal também passa a ser político, no sentido de existência social e de necessidade pública de visibilidade.

Referências

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20, n. 1, p. 95-117, jan - abr, 2012.

ALVES, N. T. T. Da formação de redes à esfera pública na internet: uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise. **Revista Eletrônica CoMtempo**, São Paulo. v. 2, 2010, p. 1-9.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOYD, D.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 2007. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso em: jan. 2017.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. Routledge: New York & London, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMPAZANO, G. Recuperação das histórias travestis. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (org.). **Questões de sexualidade**: Ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008, p. 81-90.

CARDOSO, G. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CARRARA, S.; VIANNA, A. “Tá lá um corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n.16, v. 2, 2006, p. 233-249.

DI FELICE, M. Auréola digital: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim do direito exclusivo da edição das informações. **Stoa**, disciplinas da USP, 2014. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br>. Acesso em: nov. 2015.

ESTEVES, J. P. **Sociologia da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GAGNEBIN, J. M. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.) **Memória e (res)sentimento: indagações sobre a questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 85-94.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, Ed. Unicamp, v.5, p. 7-41, 1995.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2006.

KRISTEVA, J. **Poderes de la perversión**. Argentina: Siglo XXI, 2004.

LE BRETON, D. **Sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LE MOS, A. Cibercultura como território recombinate. In: TRIVINHO, E.; CAZELOTO, E. (orgs.) **A cibercultura e seu espelho**. Campo do conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo: Abciber. Instituto Itaú Cultural, 2010, p. 38-46.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v16, n. 2, p. 305-332, maio-ago. 2008.

PELÚCIO, L. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 8, v. 1, p. 123-154, 2004.

PELÚCIO, L.; TOSTA, A. L. Z. Experiências plurais em categorias singulares: problematizando a materialização das travestilidades. In. SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS FAZENDO GÊNERO 8. Florianópolis, **Anais...** 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST61/Silva-Tosta_61.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

POLIVANOV, B. Personas no Facebook e consumo por afiliação: percepções sobre (des)encaixes entre selves on e off-line. **ORGANICOM**, São Paulo, ano 12, n. 22, 2015, p. 225-235

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R.; FRAGOSO, S.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, A. D.; BRAGA, A. Interação, discurso e espaço público em ambiente digital. In: CASTRO, P. C. (org.). **Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?** Maceió, Edufal, 2015, p. 25-48.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contracampo, 2016.

SILVA, H. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, São Paulo, n. 2, abr., 2008, p. 15-38.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2001.

ZELIZER, V. A. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.